

CONSULTA PÚBLICA

PLANO DE SALVAGUARDA DA TAPADA DAS NECESSIDADES

O presente documento constitui o contributo da Junta de Freguesia de Estrela no âmbito do período de consulta pública do Plano de Salvaguarda da Tapada das Necessidades.

Importa desde já notar que o facto do período de consulta pública só agora estar a ter lugar, numa fase posterior à formalização da concessão para a exploração de alguns dos equipamentos previstos, pode dar a ideia da mesma poder ser motivada apenas pela polémica pública gerada em torno deste assunto, deturpando-se assim valores como a **cooperação e transparência** – fundamentais em processos desta natureza.

A Tapada das Necessidades, espaço emblemático da cidade, encontra-se atualmente subaproveitado e num avançado estado de degradação, quer do seu coberto vegetal quer dos elementos contruídos que dela fazem parte, tal sendo resultado, em nosso entender, da ausência de uma estratégia integrada para a sua manutenção e valorização.

Dada a importância da escala deste espaço, quer ao nível da cidade, quer ao nível da freguesia, e reconhecendo-se este ser um **equilíbrio difícil de gerir**, reveste-se ainda de maior importância a **clareza e abrangência da estratégia** que este plano deve apontar, bem como toda e qualquer intenção a ele subliminar.

Dessa forma, e considerando o enorme valor natural, histórico e cultural da Tapada das Necessidades, somos, em primeiro lugar, a concordar com a requalificação, já tardia, deste espaço, considerando que tal não poderá ser mais adiado.

O Plano apresentado *parece* conter as intenções que conciliam as principais preocupações ao nível patrimonial, histórico e natural, bem como os conceitos necessários a uma plena integração desta operação nos desafios atuais da cidade. Ou seja, temas como a resposta às alterações climáticas, a valorização cultural e patrimonial deste espaço, e a fruição deste com o resto da cidade estão previstos, em conceito, no plano apresentado.

As nossas **apreensões** prendem-se com a **indefinição das medidas** que irão concretizar o programa enunciado, e que deveriam nesta fase já apresentar um maior

grau de concretização, dada a **sensibilidade do espaço** em causa, e tendo-se já avançado, erradamente em nosso entender, com a concessão da exploração de alguns equipamentos – formalização prévia a este período de consulta pública.

Esta indefinição preocupa-nos pelo impacto que representa nas várias fases do processo – desde o planeamento, à execução da obra e à posterior manutenção do espaço.

Na **fase de planeamento**, que se encontra atualmente a decorrer, destaca-se a importância de se definir com maior clareza o horário de abertura ao público e de funcionamento dos diversos usos previstos, o modelo de vigilância do espaço e das suas várias entradas, o próprio sistema de acessos e circulação no espaço, atendendo aos constrangimentos que a pandemia trouxe e que se vislumbram vir a perdurar.

A estas ponderações não é alheio, nem deve ser, o contexto da envolvente a este espaço, maioritariamente residencial, em cujo impacto ao nível do ruído e do acesso a estacionamento deve ser rigorosamente planeado e salvaguardado, se considerarmos que se tratam de zonas que atualmente já exibem problemas a este nível, e para as quais a EMEL ainda não implementou soluções, apesar dos nossos alertas e propostas.

Durante a **fase de execução**, alerta-se para a importância de as intervenções salvaguardarem os sistemas patrimoniais e naturais preexistentes, nomeadamente ao nível da metodologia para as demolições e/ou preservação e recuperação de edifícios, e intervenções no subsolo, bem como ao nível do impacto do faseamento das intervenções na envolvente, considerando o ruído em causa e a preservação da rotina de acessos e circulação da comunidade ali residente.

No que diz respeito à **fase de manutenção**, ou seja, no pós-obra, destacamos a importância de se precaverem mecanismos operacionais que assegurem a adequada manutenção do espaço, não só ao nível do coberto vegetal como do modelo que irá assegurar a continua limpeza do espaço e dos equipamentos previstos.

Por fim, sintetizam-se aqueles que a Junta de Freguesia de Estrela considera serem os eixos estratégicos nos quais um plano desta natureza deverá assentar, e que nesta fase deveriam ser concretizados expressamente em ações claras que os realizam, e que em nosso entender passam pela ideia de **Educação para a Valorização**, expressa nas iniciativas programáticas a prever e nas características dos usos e

utilizações a instalar, e que o Plano em apreço não apresenta em detalhe, e na ideia da **Inovação de Proximidade**, que muito embora este momento represente a afirmação e a (re)abertura da Tapada à Cidade, tal deve acontecer sem deturpação daquela que é a procura e o interesse da comunidade que rodeia este espaço e que deve, nesta nova fase, ver incluídas as suas expectativas.

Em suma, um Plano de Salvaguarda de um espaço emblemático como este deveria, nesta fase, detalhar questões fundamentais, das quais dependem a completa compreensão do mesmo, sobretudo se considerarmos a formalização já decorrida da concessão de alguns equipamentos, e que inevitavelmente geram desconfiança no processo, e por consequência, na capacidade deste representar uma verdadeira salvaguarda do espaço em si – algo que não é negociável.